

AVC P 29

# Documento aprovado pela OAB defende a Constituição

GAZETA MERCANTIL

07 OUT 1988

por Flávio Porcello de Porto Alegre

“A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) adverte que a consciência do respeito à Constituição, a convicção de sua necessidade e o acatamento que todos lhe devemos implicam não se achar ninguém excluído da estrita obediência às suas determinações.” A afirmação está incluída na ‘Carta de Porto Alegre’, documento aprovado ontem pelos mais de 2 mil advogados participantes da XII Conferência Nacional da OAB. No documento, os advogados conclamam também os cidadãos “a se unirem para garantir e apressar o dia tão almejado em que a liberdade, a igualdade e a justiça social cheguem, efetiva e não retoricamente, a todos os brasileiros”.

“Não basta, assim” — prossegue a carta — “a ampliação das declarações de direitos, o reforço e a criação de novas garantias no texto da Constituição para fazer expandir os direitos humanos além do limite onde até hoje têm sido mantidos, que é o das classes possuidoras. É preciso que a nova ordem constitucional não signifique apenas a recomposição formal do antigo regime tradicionalmente fundado na exploração do trabalho, mas que abra perspectivas am-

plas para o exercício de uma autêntica cidadania, assegurada plenamente a todos.”

O presidente da OAB, Márcio Thomaz Bastos, informou, em entrevista, que já na próxima reunião do seu conselho federal, a entidade transformará a atual comissão em câmara para tratar de violações à nova Constituição. Já existem três câmaras permanentes — para assuntos disciplinares, inscrições e eleições — e esta será a quarta câmara permanente da OAB.

“De todos os brasileiros vai depender agora a aplicação do que dispõe a Constituição”, disse Bastos. “E a interpretação do novo texto será fundamental para a aplicação da lei. Uma leitura conservadora dirá que determinadas medidas não são auto-aplicáveis. Mas uma leitura progressista mostra que a nova Constituição já deve vigorar em toda a sua extensão a partir de agora”.

Bastos afirmou que, ao longo do período de elaboração da nova Carta, as Forças Armadas “demonstraram que não estamos mais no período autoritário”. Sobre o papel da Justiça, acentuou que “o Poder Judiciário deve ter autonomia orçamentária para que haja mais independência”.